

Delegação dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos

“É diminuta a segurança dos edifícios públicos face a eventos sísmicos de grande intensidade”

Um dos objectivos do debate foi “sensibilizar a comunidade técnica e a população em geral para a existência de inúmeros técnicos disseminados profissionalmente pelas 9 ilhas do arquipélago que, habilitados pelas mais variadas formações, dão coerência e capacidade a um vasto leque de entidades públicas e/ou privadas na implementação de acções zeladoras dos interesses dos Açores e da generalidade dos açorianos”.

A Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos solicitou ao Governo dos Açores considerou “indispensável, a realização de um levantamento das condições dos edifícios públicos estratégicos de forma a aferir o seu estado de segurança e estabelecer e identificar critérios que garantam a adopção de medidas para tornar os edifícios públicos mais resilientes à ocorrência de eventos sísmicos de grande intensidade” na Região.

Segundo a Ordem dos Engenheiros Técnicos, “é sabido que, na maioria dos casos, o conhecimento inerente às condições de segurança dos edifícios públicos é diminuto, nomeadamente em relação àqueles que se encontram edificadas em zonas de alto risco razão pela qual, importa estabelecer e identificar critérios que garantam uma análise ao seu estado para que, quando necessário, se possam apreciar medidas a serem implementadas para tornar os edifícios públicos aptos a resistir à ocorrência de um evento sísmico de grandes dimensões”.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), através da Secção Regional dos Açores, esteve reunida na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada uma sessão de debate, em formato de mesa redonda, dedicada ao tema “O que fazer perante a próxima crise sísmica nos Açores?”.

Neste evento, a que assistiu meia centena de pessoas, “pretendeu-se analisar tecnicamente e cientificamente a temática dos sismos à luz das duas últimas crises sísmicas ocorridas no arquipélago dos Açores”.

Num formato aberto e transversal a toda a sociedade açoriana, durante o debate, “vislumbraram-se os efeitos causados por aqueles eventos bem como as metodologias adoptadas na reacção aos seus nefastos danos com o objectivo de entender qual o caminho já percorrido para evitar que, voltando a acontecer, as populações possam estar efectivamente mais seguras e mais protegidas”.

De facto, refere a Secção dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos, “embora exista o risco de ocorrência de fenómenos sísmicos em vários pontos do território nacional, foi nos Açores que ocorreram as duas últimas grandes crises sísmicas do nosso país, que, como sabemos, teve efeitos devastadores no edificado insular açoriano”.

Assim, prossegue, “tomando como foco a realidade arquipelágica, o ponto de partida do debate teve que ver, essencialmente, com a reacção das populações e dos poderes públicos então instituídos que, à luz dos acontecimentos, foi condicionada por



Debate sobre o impacto dos sismos de grande intensidade nos Açores



dois modelos genericamente dispares agora analisados por elementos que participaram directamente na reconstrução das ilhas Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial”.

A audição pelos responsáveis da Ordem dos Engenheiros Técnicos nos Açores “de quem, de forma directa, teve responsabilidades na resposta a esta catástrofe e de alguma forma contribuiu para a colocação em prática de um conjunto de soluções que, aos dias de hoje, podem ser analisados de forma mais distante mas não menos crítica, habilitar-nos-á à criação de mecanismos

de prevenção que minorizem as futuras e eventuais consequências de eventos sísmicos similares”.

Um dos objectivos do debate foi “sensibilizar a comunidade técnica e a população em geral para a existência de inúmeros técnicos disseminados profissionalmente pelas 9 ilhas do arquipélago que, habilitados pelas mais variadas formações, dão coerência e capacidade a um vasto leque de entidades públicas e/ou privadas na implementação de acções zeladoras dos interesses dos Açores e da generalidade dos açorianos”.

Ao nível da prevenção, foi identificada, como mais-valia, pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, “a criação de um sistema de certificação sísmica associado aos edifícios que venham a ser licenciados para que seja possível não só melhorar e enriquecer o parque habitacional da Região, mas também, dar garantias de segurança às populações que os habitam”.

A Ordem assumiu, assim, a intenção de “desencadear, a nível regional e nacional, uma reflexão consistente e diversificada que tomasse como base de estudo os dois casos recentes referidos de crises sísmicas nos Açores e a análise comparativa dos dois modelos de reacção/intervenção então adoptados”.

Ao nível da prevenção, foi identificada, como mais-valia, pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, “a criação de um sistema de certificação sísmica associado aos edifícios que venham a ser licenciados para que seja possível não só melhorar e enriquecer o parque habitacional da Região, mas também, dar garantias de segurança às populações que os habitam”.

Propuseram ao Governo dos Açores, através da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, a formação de um grupo de trabalho multidisciplinar, com o objectivo de “levar a cabo, no menor tempo possível, as propostas de trabalho descritas”.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos identificou também “a importância e mais-valia na criação, na Universidade dos Açores, de um curso de especialização que possa formar técnicos que possam integrar uma bolsa de especialistas que garantam uma análise constante às condições no terreno de forma a servirem de apoio à decisão para as entidades públicas”.

Definiu como objectivo final a realização de um novo acto público dedicado à temática dos sismos no espaço de um ano como forma de “promover sensibilidades e aferir eventuais avanços que venham a ser conquistados neste período temporal”. J.P.